

<b>Título do capítulo</b>	CAPÍTULO 11 – AS ARTICULAÇÕES GLOBAL-LOCAL NA CONFORMAÇÃO DA REDE ESPACIAL URBANA: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI
<b>Autores</b>	Carlos Eduardo Pereira do Nascimento Francisco do O' de Lima Junior
<b>DOI</b>	<a href="https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-069-1/capitulo11">https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-069-1/capitulo11</a>

<b>Título do livro</b>	DÍALOGOS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO: TEMAS TRANSVERSAIS À PNDU
<b>Autor</b>	Marco Aurélio Costa
<b>Volume</b>	3
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2024
<b>Edição</b>	-
<b>ISBN</b>	978-65-5635-069-1
<b>DOI</b>	<a href="https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-069-1">https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-069-1</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## AS ARTICULAÇÕES GLOBAL-LOCAL NA CONFORMAÇÃO DA REDE ESPACIAL URBANA: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento<sup>1</sup>  
Francisco do O' de Lima Junior<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A reestruturação econômica evidenciada mais intensamente nos últimos trinta anos marca o apogeu do capital financeiro, da flexibilidade das políticas públicas e do trabalho, do processo de metropolização e da descaracterização dos locais pelo fenômeno da globalização. Já presente nos espaços desenvolvidos, o global passa a se inserir nos espaços periféricos e em desenvolvimento, a fim de expandir o processo de circulação e reprodução do capital.

Destarte, as cidades médias – até mesmo as pequenas – ganham destaque significativo na integração com o espaço global. Nesse sentido, a adaptação das cidades aos movimentos globais torna-se um caminho a ser alcançado mediante o conjunto de especificidades locais, caminhando para o alcance da unicidade e universalidade dos espaços. Assim, os espaços locais se integram ao global, por meio da desterritorialização, descaracterizando-se os aspectos locais e a identidade tradicional das populações, o que leva a uma reterritorialização do espaço.

Nesses moldes, a metropolização nasce como uma evolução do capital, uma expressão fenomênica máxima da globalização. No caso brasileiro, essa modificação na estrutura urbana se inicia em 1973, com a primeira institucionalização metropolitana. A partir de 1988, com a concessão de certos poderes a estados e municípios, sendo um deles a prática de institucionalizar regiões metropolitanas, gera-se um excesso delas, muitas das quais caracterizadas como regiões, mas não como metrópoles.

---

1. Doutorando em desenvolvimento econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e pesquisador do Grupo de Estudos em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano (Getedru). *E-mail*: eduardocarlos2807@gmail.com.

2. Professor associado no Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (DE/Urcar); pesquisador-líder do Getedru; membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) da Urcar; e membro do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Plandites/UERN) *E-mail*: lima.junior@urca.br.

Esse fato gerou diversas discussões, levando a hipóteses acerca de como e por que isso ocorre. Entre tais discussões, surge a proposta de *metrópole emergente*, a qual tentaria acompanhar o crescimento econômico de determinados espaços, ou teria simples cunho político, haja vista que áreas metropolitanas recebem mais recursos. Ademais, o neoliberalismo causou uma forte contenção das políticas de desenvolvimento. Em sua essência, as sanções neoliberais desencadearam profundo ataque ao Estado nacional. Uma das ações do capital remete à “teoria do poder local”, engendrando falsas ideias de desenvolvimento local, dimanadas de ações locais ou regionais (Vainer, 2002; Brandão, 2007).

Diante disso, o objetivo deste capítulo é conhecer a inter-relação global-local na construção da rede espacial urbana, aplicando-a à região metropolitana do Cariri (RM do Cariri) no contexto da reestruturação produtiva. Para tanto, utiliza-se uma metodologia exploratória, descritiva e explicativa, através de pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa.

O texto, além desta introdução e das considerações finais, está dividido em três seções: i) a segunda evidencia a reestruturação produtiva e o novo ordenamento territorial na globalização; ii) a terceira trata das articulações global-local na construção do espaço urbano no contexto da reestruturação produtiva, pautada nas análises do fenômeno *metrópole* e do desenvolvimento local; e iii) por fim, apresenta-se o estudo do caso da RM do Cariri.

## 2 REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E ORDENAMENTO TERRITORIAL NA ERA DO FLUXOS GLOBAIS

Nas últimas décadas do século XX, presenciou-se a fragmentação e dispersão espacial dos processos produtivos, culminando em novas formas de organização da reprodução dos fatores de produção e da força do trabalho, mediante redistribuição e reestruturação desses processos (Limonad, 2011).

A reestruturação econômica, expressão fenomênica da globalização (Pimentel Neto *et al.*, 2014), nasce à luz da derrocada do sistema taylorista-fordista, na transição da estrutura produtiva para a financeira. O advento da tecnologia e da informação, além das técnicas de organização e gerenciamento produtivo, contribuiu para os fluxos espaciais e setoriais do capital, do trabalho, das mercadorias e das informações. A circulação dos bens e serviços tornou-se mais célere, gerando uma compressão espaço-temporal. Mesmo existindo a distância física, o espaço parece desaparecer em relação ao tempo. Esta compressão possibilita continuidades e contiguidades espaciais e temporais (Santos, 1994; Limonad, 2011). O progresso técnico e a inovação tecnológica estão mais confinados ao pequeno círculo dos países desenvolvidos, “imbricados em processos históricos e geográficos específicos de gênese e de acumulação” (Veltz, 1996, p. 98).

### 2.1 O fenômeno da reestruturação produtiva

Iniciada nos anos 1970, a reestruturação produtiva marca o momento de transição da hegemonia do capital industrial para o financeiro. Ademais, verifica-se a ascensão das políticas neoliberais, desregulamentando os mercados e integrando-os internacionalmente, incluindo os países periféricos.

Destarte, o processo de globalização encontra no fenômeno urbano-metropolitano as bases para sua acumulação e reprodução flexíveis. A competitividade deixa de “pertencer” às empresas e passa a ser dos lugares. A partir daí, tem-se a configuração do novo papel destes na economia mundial. Todavia, cabe frisar que esta transferência de papéis está ligada à acumulação, isto é, entre a competitividade das cidades está a competitividade das empresas, buscando incentivos e benefícios, objetivando um lócus vantajoso que lhes garanta segurança e benefícios (Souza e Carvalho Neto, 2009; Barbosa, 2011).

Nesse contexto, as urbes ganham ênfase na era da acumulação globalizada, e a reestruturação urbana nasce como consequência, nos moldes do capital, adequando-as ao global, expropriando sua riqueza local. Os processos mais importantes responsáveis pela origem e pela forma da reestruturação urbana podem, talvez, ser resumidos do seguinte modo:

- (a) a suburbanização e o surgimento de um diferencial de renda (*rent gap*); (b) a desindustrialização das economias capitalistas avançadas e o crescimento do emprego no setor de serviços; (c) a centralização espacial e simultânea descentralização do capital; (d) a queda na taxa de lucro e os movimentos cíclicos do capital; (e) as mudanças demográficas e nos padrões de consumo (Smith, 2007, p. 20).

Assim, a reestruturação produtiva configurou as relações mercantis, sociais, políticas, culminando em flexibilização e desregulamentação. A transição compreende a passagem de um esquema produtivo intensivo em fator trabalho para outro com maior carga de trabalho, em um ambiente hostil e predatório. O capital assume mais formas, e com isto amplia sua reprodução nas diversas escalas. Ademais, o reordenamento urbano-espacial está implícito e é intrínseco à ação do capitalismo por meio do instrumento da globalização, fomentando espaços que auxiliem na reprodução e circulação do capital.

### 2.2 Ordenamento territorial na era da globalização

O ordenamento territorial se dá sob a égide da reestruturação produtiva, que modifica as bases urbanas, lançando premissas para o novo modelo desordenado e difuso de cidade (Lencioni, 2006a). Qualquer tipo de fluxo pressupõe a existência de redes, categorizadas de acordo com sua capacidade de conexão (Moura e Werneck, 2011). São gerados fluxos contínuos, isto é, constituem-se redes ligadas através das necessidades do capital.

Ligada a esse processo, a divisão internacional do trabalho atribui a alguns setores e lugares função privilegiada na organização espacial, seja funcional ou territorial, dotando-os de mais condições para especialização, visando à maior concentração de capital e possibilitando novas divisões do trabalho. Desse modo, o corolário é uma assimetria nas relações, com aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a mobilidade das pessoas (Santos, 2006).

Este contexto traduz a nova perspectiva que a cidade transmite ao mercado. Esta perspectiva informa o novo papel das cidades no contexto mundial: o papel de empresas corporativas, não “mais lugares para se habitar, mas para exibir, (...) como se fossem imensos videoclipes publicitários” (Barbosa, 2011, p. 127). A cidade, mediante as táticas e estratégias difundidas pelo capital, tende a extravasar os limites da aglomeração física e da concentração econômico-espacial (Limonad, 2011). Nesse contexto, o local assume papéis mais complexos, envolvendo a escala global.

As transformações presentes do meio técnico-científico informacional, dos novos meios de comunicação e transporte, ao vencer o espaço pelo tempo, favorecem uma crescente desaglutinação espacial de atividades e permitem uma separação de locais de trabalho, residência e consumo em uma escala mais ampla do que a cidade propriamente dita (Limonad, 2011, p. 160).

Dessa maneira, ocorrem a especialização e a separação de lugares na escala do território. A urbanização deixa de estar relacionada apenas “à urbe, ao urbano, à cidade, à aglomeração de pessoas, equipamentos e infraestruturas” (Limonad, 2011, p. 160).

Outra questão atinente ao ordenamento territorial é a conformação do mercado de trabalho. Na esteira das políticas neoliberais, modificou-se o padrão do trabalhador, de inerte para proativo, de cumpridor de uma função para polivalente, de desqualificado para tecnicamente formado e mais escolarizado. Estas são as novas premissas seguidas pelo mercado, as quais são o alicerce da base motora capitalista de produção (Barbosa, 2011).

### **3 AS ARTICULAÇÕES GLOBAL-LOCAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Nos anos 1970, surge um movimento de transição do capital que modifica as bases da acumulação capitalista através do processo de globalização. Datada nos anos 1980/1990 (Leme, 2010), esta é apresentada como uma das grandes responsáveis pelos nexos da nova construção espacial e “proporcionadora de oportunidades à escala mundial, regional e local” (Lourenço, 2014, p. 18). Aliado a isso, o processo de reestruturação econômica no contexto das transformações na economia global, no final do século XX e início do século XXI, configurou formas diferenciadas de inserção dos diversos espaços do mundo, à mercê de determinadas funcionalidades,

nos moldes do capitalismo contemporâneo, frente às características de seus respectivos estágios de desenvolvimento, oriundas de suas estruturas econômicas e de seus mecanismos de formação (Lima Júnior *et al.*, 2016).

Após a derrocada do sistema taylorista-fordista,<sup>3</sup> o advento do capital financeiro traz novas premissas padronizadoras para a economia e o mercado. Com os novos padrões de empresas (empresa enxuta) e trabalhador (ecclético, multifuncional), as mudanças nas relações de mercado – sobretudo o mercado de trabalho – são reestruturadas. Utilização de tecnologias e uso de metodologias que enxugassem custos trabalhistas eram necessários para integrar o novo mercado, mais competitivo e predatório. Se antes existiam a rigidez de salários e a estabilidade empregatícia, agora temos a informalidade ocupacional, as subcontratações, a terceirização e o trabalho temporário (Valois, 2007).

Esse sistema abriu portas para uma ampliação descomunal de novas (e velhas) modalidades de superexploração do trabalho, desigualmente impostas e globalmente combinadas pela nova divisão internacional do trabalho na era dos impérios e, ao mesmo tempo, proporcionou às empresas a apropriação de vantagens comparativas, por intermédio da globalização econômica (Antunes, 2016). Ademais, houve o rompimento com o Estado de bem-estar social, pelo advento das políticas neoliberais e do alto endividamento dos Estados.

Com a reestruturação produtiva, o capital aumentou o alcance de seu nível de espoliação, inserindo-se nos espaços periféricos, “introduzido inicialmente em economias avançadas e posteriormente disseminado gradativamente pelas menos desenvolvidas” (Santos e Moreira, 2006, p. 2). No Brasil, diante de hiperinflação, elevada dívida externa e do paradoxo do Plano Real,<sup>4</sup> políticas governamentais colocaram o país nesse cenário pelo caminho passivo, submisso nos mercados mundiais comandados pela financeirização da riqueza na era da globalização (Brandão, 2007).

### 3.1 Metrópole: aspectos e definições na contemporaneidade

#### 3.1.1 A metropolização no mundo

As metrópoles não são fenômenos recentes na história urbana. Possuem um conceito bastante polissêmico, ligado etimologicamente à Grécia Antiga, que se refere a uma cidade-mãe de outras, ou cidade-útero. Tal significado expressa a dependência das

3. Sistema pautado nas ideias de Taylor – linha de produção fundamentada na relação capital-trabalho, a qual garantia o controle temporal e dos movimentos da produção, culminando em menos gastos e aumento da produtividade (Heloani, 2002) – e Ford – linha de montagem em série que tinha como intento agregar a força dos trabalhadores à esteira, através da fixação destes em funções específicas da linha produtiva (Heloani, 2002; Moraes Neto, 1989). Tal sistema perdeu produtividade pela insuficiência de demanda para mercados abarrotados de produtos e serviços sem destino (Harvey, 2004).

4. O Plano Real auxiliou na contenção da inflação, mas, ao mesmo tempo, engendrou uma crise interna que, posteriormente, levou à maxidesvalorização da moeda, ao aumento do endividamento externo etc. (Brandão, 2007).

demais cidades em relação a ela. Destarte, seu conceito incipiente estava, assim, ligado ao domínio de um território, à diversificada oferta de bens e serviços para uma região (Lencioni, 2006a; Firkowski, 2012).

Movimento que sucede o urbanismo,<sup>5</sup> a metropolização

está historicamente associada aos processos de industrialização e urbanização. Em maior ou menor grau, suas características básicas são a grande concentração populacional, a multifuncionalidade e a presença de relações econômicas diferenciadas nos âmbitos nacional e internacional (Davanzo *et al.*, 2011, p. 97).

Este fenômeno implica um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes. Não é um processo isolado; é uma cidade do capital, e não uma cidade industrial (Lencioni, 2006a; Oliveira, 2006).

Este processo tem levado ao adensamento de diversas áreas, à irradiação da metrópole e a inúmeras operações de revitalização, com fortes traços de gentrificação ou revitalização urbana, que conformam a espoliação espacial. Ademais, observa-se, à margem deste, o advento de outros movimentos urbanos, tais como a favelização, a precarização do trabalho, a especulação imobiliária etc. Tais processos imprimem peculiaridades metropolitanas ao espaço, isto é, pautam-se em uma desterritorialização espacial, alterando as estruturas locais preexistentes, sejam esses espaços metrópoles ou não. É a transcendência dos movimentos metropolitanos inseridos nos diversos espaços – um processo hegemônico, que subordina a urbanização (Arantes, Vainer e Maricato, 2002; Lencioni, 2015a). Além disso,

a lógica da metrópole contemporânea é internamente mais desigual, desumana e predatória, tanto que a magnificência dos projetos arquitetônicos e urbanísticos não conseguem mais esconder; ao contrário, são reveladores. Nela se revela um absurdo semântico, o de ter como referência um urbanismo desregulado, mas o que se tem, de fato, é uma cidade sem urbanismo. (...) Tudo (nela), na cidade, é magnânimo, espetacular e, ao mesmo tempo, lamentável (Lencioni, 2015b, p. 157).

Uma grande questão envolvida na metropolização é a inserção do meio rural na integração dos espaços (superação da dicotomia urbano-rural). Urbanidades inserem-se no contexto rural, atuando como sintetizadores da hibridéz entre o urbano e o rural, que toma os meandros da qualificação, a qual não desaparece. Tal caminho culmina em uma “mercadificação do rural”, isto é, ele é introduzido no ambiente urbano, o que objetiva sua subversão ao capital (Ferreira, Rua e Mattos, 2015).

---

5. O urbanismo materializou-se como estudo específico no século XX, mediante estudos no século anterior de economistas, historiadores e políticos da época. A urbanização inicia-se com a cidade industrial (Monte-Mór, 2006).

Como conceito, seria, em sua essência, uma construção institucional participativa, em que diferentes atores políticos se unem para o desenvolvimento de um planejamento regional integrado, seguindo o preceito de que a união de esforços e de recursos seria a resposta para a solução de problemas que extrapolam os limites territoriais dos municípios, estendendo seus efeitos para além das jurisdições locais (Castro, 2006, p. 53).

O processo de metropolização guiado pela financeirização do capital chegou ao espaço periférico, buscando maior reprodução e circulação. Diante de um célere processo de industrialização, atrelado à urbanização, intensificou-se o êxodo rural, pela integração dos transportes e pelas telecomunicações. Criava-se, então, uma estruturação de rede de cidades devido aos sistemas de transporte, associando a economia ao urbano (Souza, 2006).

### 3.1.2 A metropolização no Brasil

A metropolização se institucionaliza no Brasil a partir de 1973, com a primeira política urbana do país – especificamente a Lei Complementar (LC) nº 14, a qual marcou a criação de oito regiões metropolitanas (RMs): São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza. A RM do Rio de Janeiro seria criada em 1974, por meio da LC nº 20 (Brasil, 1988; Castro, 2006). Esta legislação teve dois fatos marcantes: o longo período para a edição das leis, mostrando, além de não ser prioridade, as complicações para “chegar à sua definição legal, o que, mesmo assim, não resolveria o problema, uma vez que os demais decretos que criariam os dispositivos para tratar das RMs, só seriam editados tardiamente” (Castro, 2006, p. 36).

Como referência crítica a essa ação do governo, Souza (2006) afirma que fazer política urbana é fazer resistência, é lutar com o intuito de avançar na formação de novos conceitos em relação àqueles que foram ignorados pelo sistema. Ainda segundo a autora, o desenvolvimento e a institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil sempre ficaram à margem das reflexões sobre a política urbana brasileira, e até hoje elas não são suficientemente contempladas nas políticas territoriais.

Após o movimento de transição da urbanização da década de 1960 para a pós-urbanização (metropolização) nas décadas de 1970 e 1980, engendra-se e ganha corpo um fenômeno chamado de *desmetropolização*. A metrópole é onipresente e, desse modo, assume diversos espaços nas diversas escalas. A desmetropolização representa um duplo movimento, no qual os fluxos do capital se inserem nas grandes cidades, disseminando a metropolização e transferindo-a para as cidades médias (Souza, 2006).

Em 2015, foi criado o Estatuto da Metrópole, o qual, no art. 2º, inciso VII, define a metrópole como uma “unidade regional instituída pelos Estados, mediante



lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (Brasil, 2015, p. 2).

Um espaço com uma cidade central caracterizaria uma região metropolitana, no qual esta cidade

assume o papel metropolizador das cidades limítrofes, como resultado de sua dinâmica ampliada e diferenciada. A metropolização, destarte, tem produzido um ritmo de crescimento populacional ímpar no contexto metropolitano, o que repercute no levantamento do dado cuja base territorial é o município, pois sua dinâmica populacional está umbilicalmente ligada a uma totalidade metropolitana e só assim se explica seu crescimento (Firkowski, 2012, p. 22-23).

Aliada a esse contexto, ocorre, à luz do processo de metropolização, uma apropriação exacerbada da expressão “metropolitana”, caracterizando qualquer aglomerado urbano ou mesmo um conjunto não aglomerado, desvirtuando-se, portanto, o conteúdo conceitual. O que é metrópole? O que é uma região metropolitana? Em que ela se diferencia de uma aglomeração urbana? (Moura, Libardi e Barion, 2006, p. 132). Doravante, introduz-se o debate sobre as “metrópoles regionalizadas”, e se, de fato, são aglomerações urbanas (difusas ou não) ou regiões metropolitanas. Davidovich e Lima (1975, p. 51) ratificam que as aglomerações urbanas são:

a) resultantes da expansão de uma cidade central; b) resultantes da expansão simultânea de duas ou mais cidades de porte aproximadamente equivalente que tendem a aglutinar-se (processo de conurbação) – as aglomerações deste tipo têm sua origem basicamente ligada à industrialização; e c) resultantes de uma integração decorrente do próprio sítio geográfico (cidades geminadas).

A metrópole, conforme explana Firkowski (2013), é um fenômeno urbano da globalização que apresenta diversos conceitos, mas que ganha novos significados no contexto atual. “Difícil, porém, é sua transposição para um conceito que expresse aquilo que se quer qualificar”, pois o fenômeno possui “uma grande complexidade em seu interior” e a ele “novos sentidos vêm sendo incorporados” (Firkowski, 2013, p. 23).

Através da medida política de desconcentração instaurada pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a União atribui às Unidades Federativas (UFs) a incumbência de instituir, “mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (Brasil, 1988). Assim, a CF/1988 exime a União de responsabilidades quanto à criação de regiões metropolitanas, além das críticas concernentes ao “centralismo”, permitindo “maior flexibilidade na concepção das

unidades” (Moura *et al.*, 2003, p. 52). Todavia, a simples instituição de unidades regionais nem sempre reflete uma configuração espacial ou estimula relações entre segmentos que estabelecem uma dimensão política com efetivo poder regional (Moura *et al.*, 2003).

Ocorre, à luz do processo da metropolização, “uma apropriação generalizada” do termo *metropolitana*, que passa a adjetivar “qualquer aglomeração urbana e mesmo de conjuntos não-aglomerados”; desvirtua-se, portanto, seu conteúdo conceitual (Moura, Libardi e Barion, 2006, p. 132). Institucionalizar-se-iam regiões metropolitanas sem finalidade predefinida, sem razões para o recorte institucional, criando-se “uma embalagem sem conteúdo” (*op. cit.*, p. 134).

### 3.2 Teoria do desenvolvimento local: a escala local frente à global

Nos anos 1980, a globalização financeira e a conseqüente reestruturação produtiva do capital conformaram um processo mundial que intensificou o desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação. A crise do sistema produtivo do capital industrial desencadeia a revisão dos processos produtivos e da organização das empresas, buscando-se restaurar a rentabilidade capitalista. Tal revisão é feita sob a égide de um novo paradigma tecnológico, com a introdução da automação microeletrônica (Pimentel Neto *et al.*, 2014). Assim, o capital abre um maior leque de possibilidades quanto a sua reprodução, aumentando o ambiente no qual circulará. O capital mesmo possui uma característica que se configura como sua essência: a celeridade e fácil inserção nos locais a partir da relação espaço-tempo. Isso significa que esta “abstração do mercado” integra-se aos espaços com maior velocidade, devido a sua internacionalização, oriunda da reestruturação produtiva, organizacional e econômica do novo capital (financeiro) (Brandão, 2007; Nascimento, Lima Júnior e Alves, 2018).

Para Brandão (2007, p. 30), o sistema capitalista que incorpora a globalização financeira “recorrentemente aprofunda e complexifica a divisão social do trabalho, em todas as suas dimensões, inclusive espacial”. Aperfeiçoa os mecanismos para manejar as escalas espaciais em seu benefício, nenhuma podendo ser considerada melhor ou pior. Ganharão nova significação em cada momento histórico particular (Nascimento, Lima Júnior e Alves, 2018).

Um dos aspectos mais salientes da globalização como fenômeno econômico, social e cultural é o da fragmentação dos espaços, diferenciando territorialidades dentro de territorialidades, produzindo, como resultado, a diferenciação dos lugares. Diante disso, dado que atualmente o mundo está inserido em um processo de globalização, muitas interferências nascem e são regidas por ele.

O lugar-global é um espaço fragmentado, diferenciado e apropriado à produção multipolarizada e em rede. Esse novo lugar de produção é, portanto, parte, ou uma

unidade, da cadeia multipolar na rede global. Uma vez instalado, o lugar-global gera fluxos de poder e influências de poder que se refletem diretamente sobre as cidades, pois, na maioria das vezes, se localizam no entorno, ou na zonalidade urbana que caracteriza o processo de expansão delas (Vieira e Vieira, 2003, p. 128).

O advento das políticas neoliberais culminou em uma forte reversão das políticas de desenvolvimento. Fora desencadeado um profundo ataque ao Estado nacional. Uma das ações do capital se referiria à “teoria do poder local”, a partir da qual se criariam falsas ideias de desenvolvimento local, provenientes de ações locais ou regionais (Vainer, 2002; Brandão, 2007). Este contexto configura a urbe como competitiva – a cidade-mercado ou cidade-mercadoria.

O localismo ganha corpo. Todavia, a força do Estado é imprescindível na formulação de políticas de desenvolvimento que transcendam o local (Brandão, 2007). Existem aqueles que acreditam que a globalização é um processo “criado” pelos governos para justificar sua submissão voluntária aos mercados. “A desindustrialização, o crescimento das desigualdades e a contradição das políticas sociais (...) resultam de decisões de política interna que refletem a mudança das relações de classe a favor dos proprietários do capital” (Bourdieu e Wacquant, 2000). Segundo Borja e Castells:

A importância estratégica do local como centro de gestão do global no novo sistema técnico-econômico pode ser apreciada em três âmbitos principais: o da produtividade e competitividade econômicas, o da integração sociocultural e o da representação e gestão políticas (Borja e Castells, 1997, p. 14, *apud* Vainer, 2002, p. 17).

Nesse sentido, o local teria a capacidade de cumprir as incumbências que sempre haviam sido dos Estados nacionais, ou seja, “a função de acumulação e a função de legitimação” (Vainer, 2002, p. 17). O localismo (competitivo) realiza o projeto do global; cada espaço entra em conflito com outros espaços, com o intento de se inserir no mercado político e econômico das grandes nações. Dessa forma, o local tem a capacidade, por si só, de se integrar e produzir o capital em seu espaço, sem necessitar do auxílio das demais escalas urbanas (regional e nacional) (Vainer, 2002; Brandão, 2007).

A cidade não é apenas o reflexo da sociedade; a cidade é, ela mesma, um universo social, econômico e político; a cidade produz riquezas, produz e reproduz relações econômicas, políticas, culturais etc. A cidade não é apenas uma reprodução, localizada e reduzida, da estrutura social; ela é, também, um complexo de relações sociais – relações econômicas, mas também relações de poder (Vainer, 2002, p. 26).

Imersas na era da informação, do conhecimento e dos fluxos globais, as cidades adquirem novas personalidades, novas formas de poder e novas estratégias de gestão. Mesmo as cidades de porte médio, e muitas de pequeno porte, por algum item de suas funcionalidades, por alguma especificidade local, passam a integrar

redes internacionais de circulação de produtos, cultura e turismo. Isso culmina em uma “endogenia exagerada”, caracterizando o local com poder ilimitado (Brandão, 2007, p. 38). Cada cidade tem poder e importância na rede (Kronemberger, 2014).

Articulando-se em conjunto com esta endogenia exagerada, o paradigma tecnológico induz a uma crescente concentração de processos de geração de conhecimento e tomada de decisões em organizações de alto nível, consideradas as únicas indispensáveis, concomitantemente à precarização das relações salariais do trabalho de execução de tarefas, dispersão espacial, subcontratação ou automação (Compans, 1999). Destarte,

o novo papel das cidades é aquele que acentua sua gênese à emergência de um novo modelo de organização sociotécnica da produção com a introdução das novas tecnologias da informação simultaneamente à reestruturação do capitalismo, em particular no que concerne ao processo de internacionalização do capital que, juntos, estariam conformando um novo “espaço de fluxos” em substituição ao “espaço dos lugares” (Compans, 1999, p. 92).

Assim, caracterizam-se como lócus privilegiado, no qual os gostos, modos de vida e estilos são criados e recriados, e a cultura é mercantilizada. A complexidade dos processos urbanos ligados à cidade propicia a criação de diversas terminologias, entre as quais se destaca a de Sassen (2005), que cunhou o termo “cidade global” (*global city*), caracterizada como

uma rede de nós urbanos de distinto nível e com distintas funções que se estende por todo o planeta e que funciona como centro nervoso da nova economia, em um sistema interativo de geometria variável ao qual devem constantemente adaptar-se de forma flexível empresas e cidades. O sistema urbano global é uma rede, não uma pirâmide. E a relação mutante concernente a esta rede determina, em boa medida, a sorte de cidades e cidadãos (Borja e Castells, 1998, p. 43).

Ademais, como ferramentas dinamizadoras do capital, as cidades configuram-se como empresas, incorporando processos de diversificação e especialização, ou seja, cada cidade apresenta seu próprio ritmo de relação com outros locais e também com o mundo. O governo engendra laços com as empresas, traçando uma governança corporativa, fomentando uma nova forma de gestão voltada ao empreendedorismo urbano; opera-se um pacto consensual entre os atores sociais, promovendo-se planos estratégicos de grande efeito físico-territorial e político no espaço urbano – a exemplo do processo de metropolização (Harvey, 2004; Leal, 2012). O local, em certas ocasiões, ganha força e sobrepuja os mecanismos globais. Castells (2001) e Sassen (2005, p. 38) chamam atenção para tal problemática. Esta enfatizando a cidade como “um local estratégico não apenas para o capital global, mas também para a transnacionalização do trabalho e a formação de comunidades e identidades

translocais” (tradução nossa);<sup>6</sup> aquele, destacando a ideia de empoderamento como base para um “desenvolvimento vertical”.

Desse modo, nem sempre o poder global (ou espaço global) é hegemônico em todas as suas atuações nas localidades. Daí, o poder local “constitui-se como um conjunto de relações articuladas e superpostas, em um determinado espaço, e em torno de interesses econômicos, políticos, sociais” (Pimentel Neto *et al.*, 2014, p. 263).

FIGURA 1  
Elementos para caracterizar uma região



Fonte: Pimentel Neto *et al.* (2014).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Neste cenário, a reestruturação produtiva do capital modifica as relações espaciais através dos vínculos entre o local e o global, engendrando novas bases para a cidade. Assim, o urbano, fenômeno contemporâneo, expressão máxima da reestruturação produtiva, é uma síntese da superada dicotomia cidade-campo, “a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social” (Monte-Mór, 2006, p. 14). À medida que o tecido urbano se transporta para outros territórios, dissemina a práxis político-urbana presente em seus domínios. Também denominado espaço urbano-industrial – metáfora para expressar o espaço social configurado pela urbanização –, o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. O campo então é visto como um local que apresenta as manifestações da cidade, o que, de fato, ocorre. Não mais existe o domínio desta sobre o campo,

6. Texto original: “a strategic site not only for global capital, but also for the transnationalization of labor and the formation of translocal communities and identities”.

mas uma apropriação do seu espaço para reprodução do tecido urbano (Lefebvre, 2008). Desse modo, o local é criado a partir de fragmentações engendradas pela globalização (Nascimento, Lima Júnior e Alves, 2018).

**QUADRO 1**  
**Dinâmicas gerais da fragmentação**

Fragmentação inclusiva ou integradora	Fragmentação excludente ou desintegradora (em relação à globalização hegemônica)		
Inerente ao processo de globalização, atuando em seu favor (“fragmentar para melhor globalizar” ou “dividir para acumular”).	Produto da globalização	Resistência à globalização	
Flexibilização do processo produtivo, terceirização, trabalho temporário, contratos precários.	Desemprego estrutural, “inclusão precária”, etnocídio/desculturação, perda de cidadania (refugiados políticos).	Conservadora (excludente)	Progressista
		Movimentos fundamentalistas; neonacionalismos.	Movimentos sociais (como os do Fórum Social Mundial – FSM).

Fonte: Haesbaert (2013).

Conforme o quadro 1, a fragmentação apresenta duas faces, a inclusiva e integradora e a excludente e desintegradora. A primeira versão traz mecanismos que interessam à expansão da globalização e suas bases (flexibilização do processo produtivo, terceirização, trabalho temporário, contratos precários etc.). Esta situação integra grande parte da população, porém em situação precária e com baixos salários. A segunda versão traz mais duas subdivisões referentes ao papel: a ligada à globalização e a resistente a ela. A primeira refere-se a um movimento excludente, desintegrador, que leva ao etnocídio, ao desemprego estrutural, à desculturação. A segunda concentra aqueles que resistem à globalização, com uma visão conservadora (movimentos fundamentalistas) ou progressista (movimentos sociais).

Nesse contexto, o exército industrial de reserva, definido por Marx, parece estar se transformando numa massa permanente de precarizados, cuja situação traduz-se em um enfraquecimento do próprio movimento trabalhista. Os trabalhadores não mais lutam por mudanças nas condições de trabalho, mas simplesmente reivindicam ingressar no mercado, como se “a exploração capitalista fosse uma espécie de benefício a ser concedido” (Haesbaert, 2013, p. 45).

Todo esse arcabouço teórico induz a uma “guerra” entre os locais. Criou-se um paradigma no contexto internacional, sendo seguidos padrões que foram eficientes em outros espaços. Este modelo instiga as localidades que almejam inserir-se nos fluxos econômicos globais. A propagação desse paradigma incita a competição interurbana. Esta conformação pauta-se na evolução tecnológica, à luz da crescente concentração da geração de conhecimento e tomada de decisões em organizações de alto nível, concomitantemente à precarização das relações salariais do trabalho de execução de tarefas, dispersão espacial, subcontratação ou automação.

A configuração contemporânea das cidades pressupõe um novo *status* para o local, através da descentralização política, que tornou independentes as ações das cidades, politicamente falando. A funcionalidade destas passou, nas últimas décadas, por grandes transformações. Dessa forma, até cidades com funções específicas transitaram de funções pontualizadas para funções globalizadas e informatizadas dos processos de produção, circulação e agenciamento financeiro. Ademais, o espaço organizacional das cidades, “as cidades-zonas”, apresenta particularidades que causam conflitos entre conceitos. A urbanização pode não ser considerada e identificada integralmente como elemento constitutivo das cidades, a partir do pressuposto de que nem todos que nelas habitam participam de seus atributos específicos (Nascimento, Lima Júnior e Alves, 2018).

As cidades como organizações públicas estão ativadas presentemente por uma dinâmica de transição entre um passado ainda recente e uma nova modernidade que avança rapidamente, e paradoxalmente, em direção a um futuro dominado pela tecnologia da informação, o que agrega qualidade de vida, e um presente-futuro de desagregação social, o que agrega violência urbana e baixo nível cultural (Vieira e Vieira, 2003, p. 131).

### 3.3 O espaço reificado a partir da imbricação global-local

Engendrou-se um grande debate sobre a imbricação de dois movimentos espaciais: a metropolização,<sup>7</sup> como instrumento da globalização; e o localismo, como resposta a ela. Este movimento é pautado no capital social, pelo sentimento de pertencimento da população ao seu meio, sob a égide da topofilia, ao passo que aquele se configura como fenômeno do capital, como a pós-urbanização (Lencioni, 2006a). A dicotomia local-metrópole tomou corpo nos estudos urbanos e regionais. Tal dicotomia entrou no debate sobre os espaços, pois essa inter-relação, pautada na reestruturação produtiva, organizacional e econômica, criou uma conformação do processo produtivo, influenciando a estrutura das cidades, transformando-as em empresas corporativas que trabalham incessantemente, em concorrência com as demais, para inserir-se no sistema integrado do mundo. Em tal ambiente, o debate acerca da inter-relação

7. Contudo, a metropolização não é necessariamente sinônimo do global. Pode até instrumentalizar o globalismo.

global *versus* local surge e ocasiona a criação de novos conceitos de metrópole e o papel das cidades para os estudos regionais e urbanos. Nos estudos metropolitanos, autores como Lencioni (2006a, 2015a) e Pimentel Neto *et al.* (2014) enriquecem as bases do local (cidade) e do global (metropolização), respectivamente.

O que se pode observar nesta inter-relação é a integração do global e do local na análise dos espaços, como coloca Sassen, ao cunhar o termo *global city*

para designar os pontos nodais dos fluxos financeiros a partir dos quais se produz um controle global dos mercados financeiros secundários e sítios de produção dispersos, na medida em que o investimento estrangeiro direto ocorre hoje preferencialmente pelo mercado de ações e de títulos (Sassen, 1991 *apud* Compans, 1999, p. 98).

É na articulação entre o local e o global que se encontra, em última instância, a fonte dos novos processos de transformação urbana, e, portanto, os pontos de incidência de políticas urbanas, locais e globais capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas cidades. Não há como fugir à interação e à articulação das funções mais específicas com as novas em processo de crescimento (Vieira e Vieira, 2003; Nascimento, Lima Júnior e Alves, 2018), mesmo naquelas cidades onde estão bem identificados os lugares locais e globais. À medida que “a nova era (econômica) se desenvolve, aumenta a importância da flexibilidade, como um mecanismo básico de gestão, e das economias de aglomeração, como uma força locacional preeminente” (Borja e Castells, 2000, p. 39, *apud* Vieira e Vieira, 2003, p. 134).

Em um mundo interconectado, vivenciam-se as dificuldades na definição do local, comumente pensado como um dado adquirido, e do global, contínua, recorrentemente apresentado como “um processo homogeneizador que implacavelmente asfixia a natureza singular e individual do local”. Essas seriam “consequências expectáveis da globalização” (Lourenço, 2014, p. 26-27).

#### 4 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DA RM DO CARIRI

A RM do Cariri está localizada na mesorregião Sul Cearense, microrregião do Cariri, formada pelos municípios de Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, a qual compõe espaço geográfico atípico em relação às características do semiárido nordestino, sendo mesmo conhecido como “Oásis do Sertão”. Sua criação adviria de diversos processos, entre os quais, segundo Lima Júnior (2013): as transformações estruturais do sistema capitalista e a forma como o Brasil se adaptou a elas; o crescimento das cidades de médio porte em todo o país, manifestado pela dinâmica das três



idades do Crajubar<sup>8</sup> e a polarização exercida por estas em relação ao seu entorno; e a modernização política e econômica realizada pelo governo estadual a partir do final da década de 1990. Ademais, pode-se acrescentar o uso de instrumentos tradicionais, como a utilização de estímulos fiscais para atração de investimentos, aliado aos objetivos de interiorização do crescimento econômico do estado do Ceará, centralizado pela RM de Fortaleza. A ideia é, segundo o autor, reduzir as grandes diferenças presentes no estado através da interiorização da dinâmica de crescimento econômico (Lima Júnior, 2013).

A RM do Cariri possui um elevado potencial de desenvolvimento, puxado, sobretudo, pela conurbação Crajubar. Sua constituição metropolitana evidencia a importância deste espaço no contexto nordestino, principalmente cearense, “tornando-a mais propensa no que se refere à consolidação de uma nova perspectiva de processo de metropolização, incluindo o paradigma da sustentabilidade” (Nascimento *et al.*, 2013, p. 111). Logo, a partir da Lei Complementar Estadual nº 78, de 26 de junho de 2009, promulga-se a criação da RM do Cariri. A lei estabelece, em seus arts. 1º e 2º:

Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana do Cariri, face ao que dispõe o art. 43 da Constituição Estadual, constituída pelo agrupamento dos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;

Art. 2º A Região Metropolitana do Cariri, unidade organizacional geoeconômica, social e cultural, tem sua ampliação condicionada ao atendimento dos requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência, que são as seguintes:

I – evidência ou tendência de conurbação;

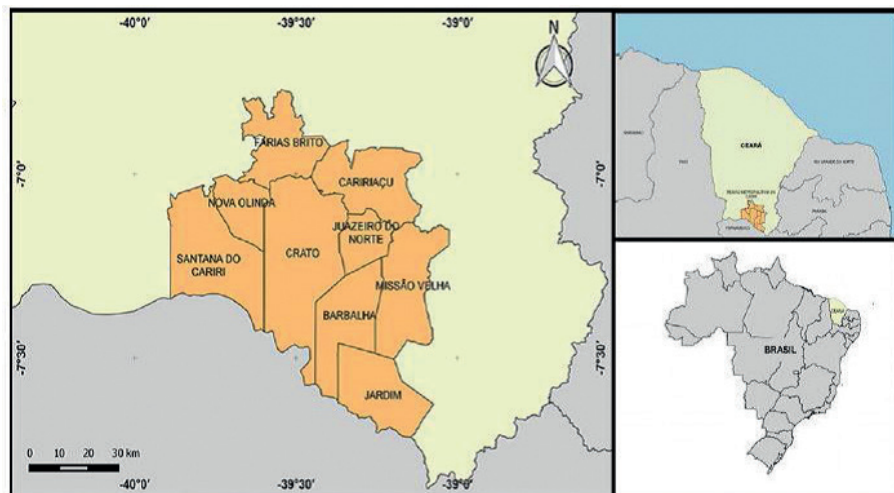
II – necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum;

III – existência de relação de integração de natureza socioeconômica ou de serviços (Ceará, 2009, p. 1).

---

8. Não se sabe ao certo a origem e o momento em que o vocábulo Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) começou a ser empregado para definir essa aglomeração de cidades. Contudo, Humberto Cabral, informante respeitável na região, assevera que o termo foi utilizado originalmente pelo primeiro presidente do Instituto Cultural do Cariri (ICC), o senhor Jefferson de Albuquerque, por volta de 1964. E, em razão de ele ser à época uma figura proeminente na região, presente e influente nos âmbitos econômico, social e cultural, o emprego do termo teria sido rapidamente difundido e assimilado (Queiroz, 2013, p. 123).

MAPA 1  
Mapa da região metropolitana do Cariri



Fonte: Cordeiro (2015).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Cabe frisar a importância da conurbação Crajubar como centro dinâmico e condutor da economia da RM do Cariri. Todavia, saliente-se o aspecto político introduzido na questão da criação dessa região metropolitana. A despeito do rico papel desempenhado no contexto urbano cearense, atrelado ao intenso crescimento nas últimas décadas, a região não se notabiliza

de forma definitiva pelos preceitos da metropolização que usualmente caracterizam semelhante processo. Sua instauração se deu no âmbito das medidas que objetivaram a desconcentração populacional e econômica da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), além de ser uma das áreas urbanas mais importantes do Estado (Feitosa *et al.*, 2014, p. 134).

Portanto, a criação da RM do Cariri é um marco para a região, visto que, constituindo-se em uma região metropolitana, seu espaço ganha novas funções, pois implica “a articulação de políticas públicas em âmbito regional envolvendo as três esferas governamentais, por meio da cooperação intergovernamental na elaboração e execução das chamadas funções públicas de interesse comum” (Nascimento *et al.*, 2013, p. 112).

Todavia, segundo Moraes e Macedo (2014), a RM do Cariri está distante de uma real efetivação de seu processo e gestão metropolitana, pelo fato de sua dinâmica espacial não corresponder a uma legitimação de uma política estadual de real efetivação de regiões metropolitanas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo aborda os conceitos de metrópole e traz uma análise do local e sua imbricação com o global na construção do espaço urbano. Assim, a inter-relação entre os extremos urbanos, global e local, cria situações nas quais o universo global se insere com maior facilidade, a partir das especificidades locais. Há duas concepções de metrópole, as quais caracterizam o lócus objeto deste texto, a RM do Cariri, não somente como região, mas também como metrópole, fato recorrente nas regiões metropolitanas criadas pelas UFs (Firkowski, 2012; 2013), trazendo um debate mais incisivo, atrelado ao arcabouço teórico que envolve este tema, oriundo de diversos autores, a exemplo de Firkowski (2012, 2013), Lencioni (2006a, 2006b, 2011, 2015a, 2015b), Limonad (2011), Maricato (2003), Santos (1967), Monte-Mór (2006, 2007), entre outros.

As ideias de *metrópole incompleta*, de Santos (1967), e de *metrópole emergente*, de Queiroz (2013),<sup>9</sup> trazem certo sentido à ideia de um processo de metropolização engendrado no Cariri cearense. O que isto quer dizer? A RM do Cariri, de fato, apresenta traços metropolitanos, porém, não suficientes para caracterizá-la como metrópole. Destarte, mostra-se como um espaço metropolitano incompleto, no sentido de não apresentar todas as variáveis que a configurem como tal. No caso, a característica emergente dar-se-ia a partir do contexto em que a região se insere (em constante crescimento, necessitando, dessa maneira, de maior aporte de recursos que atendam às demandas locais). A região em questão apresenta um crescimento socioeconômico significativo (longe dos níveis da região metropolitana de Fortaleza), sobretudo seu centro econômico formado pelo triângulo Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha (ou Crajubar).

Diante disso, as concepções de metrópole colocadas em pauta, concatenadas, em consonância, trazem um sentido às regiões metropolitanas criadas similarmente à situação da RM do Cariri, a um novo conceito, denominado aqui de “região metropolitana média”. Esta seria uma ideia criada a partir da imbricação e inter-relação das ideias de Queiroz (2013) e Santos (1967), podendo-se conceituá-la como uma região metropolitana que não apresenta uma metrópole, de fato, tendo como centro econômico uma cidade média (daí o termo “médio”, ligado ao conceito de metrópole) que apresenta traços metropolitanos, mas que não são suficientes para caracterizá-la como tal, sendo *emergente* no sentido de adequar o espaço às condições socioeconômicas impostas na contemporaneidade (globalização pautada na reestruturação produtiva).

As ideias dos autores supracitados expressam uma conformidade e uma consonância que podem justificar o Cariri como metrópole, dar-lhe um sentido

9. A despeito de Queiroz (2013) apresentar tal concepção para metrópole incompleta, imprecisa, no sentido de que somente São Paulo se encaixaria como uma metrópole completa. Dessa forma, acredita-se ser válida a concepção miltoniana para a RM do Cariri, bem com sua concepção de metrópole para a supracitada região.

plausível, a partir dos três municípios centrais mencionados. Dessa maneira, o sentido incompleto e emergente de metrópole, no que concerne ao contexto atual das cidades médias e seu vertiginoso crescimento, configura-se como algo plausível a se considerar para a RM do Cariri.

A intenção deste trabalho é mostrar a importância de estudar esta temática, não somente quanto à região supracitada – por apresentar uma crescente diversificação e um crescimento significativo, capitaneado sobretudo por Juazeiro do Norte –, mas também no que tange às outras regiões metropolitanas concebidas por UFs, e investigar as reais razões pelas quais foram criadas e são regidas.

Por fim, ressalte-se a necessidade de esforços dos agentes responsáveis pela região, no contexto das ações de planejamento que fomentem a melhoria da qualidade de vida e das economias da RM do Cariri. Deve-se direcionar as atenções e os recursos não somente para seu centro econômico, mas também para as demais urbes que a compõem, objetivando uma maior integração dos espaços metropolitanos. Só assim se poderá constituir, de fato, uma identidade metropolitana que esse importante polo ainda não possui.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer. **Iela.ufsc.br**, 27 dez. 2016. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/a-devastacao-do-trabalho-na-contrarrevolucao-de-temer/>. Acesso em: 7 nov. 2018.
- BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2011.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global**: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madri, Espanha: Taurus, 1998.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. A nova bíblia do Tio Sam. Tradução de Teresa Van Acker, Fórum Social Mundial. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 1º maio 2000. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-nova-biblia-de-tio-sam/>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jan. 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001. v. 1.

CASTRO, H. R. **A Região Metropolitana na Federação Brasileira**: estudo do caso de Londrina, Paraná. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CEARÁ. Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri (FDMC), e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, série 3, ano 1, n. 121, 3 jul. 2009.

COMPANS, R. O paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, n. 1, p. 91-114, maio 1999.

CORDEIRO, R. M. **As aglomerações produtivas de calçados, folheados e de joias do Crajubar (CE)**: formação, produção, trabalho, implicações socioespaciais. 2015. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

DAVANZO, A. M. Q. *et al.* Metropolização e rede urbana. *In*: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (Org.). **Dinâmica urbano-regional**: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 37, n. 1, p. 50-85, 1975.

FEITOSA, R. M. *et al.* Mudanças econômicas, ocupação e uso do espaço urbano na Região Metropolitana do Cariri (RMC): os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. *In*: PINHEIRO, V. F.; PAIVA, M. J. G.; MORAIS, J. M. L. (Org.). **Gestão do território, políticas locais e desenvolvimento sustentável**. Crato, Ceará: Urca, 2014. v. 1, p. 125-149. (Série Ceurca).

FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: processos e dinâmica – uma introdução. *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 15-32.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Por que as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas? **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan.-jun. 2012.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? *In*: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. de. **Território metropolitano, políticas municipais**: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: Ipea, 2013.

HAESBAERT, R. Os dilemas da globalização-fragmentação. *In*: HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2. ed. Niterói: Editora UFF, dez. 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HELOANI, J. R. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 112 p.

KRONEMBERGER, D. Desenvolvimento local sustentável: atores e estratégias de promoção dos territórios. *In*: PINHEIRO, V. F.; PAIVA, M. J. G.; MORAIS, J. M. L. **Gestão de território, políticas locais e desenvolvimento sustentável**. Crato, Ceará: Urca, 2014. v. 1, p. 17-42. (Série Ceurca).

LEAL, S. M. R. Papel dos atores econômicos na governança das metrópoles brasileiras. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Sociais**, Recife, v. 1, n. 1, 2012.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEME, A. A. Neoliberalismo, globalização e reformas do Estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**, n. 32, p. 114-138, 2010.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. *In*: SILVA, A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. (Org.). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A Editora; Editora Faperj, 2006a.

LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. *In*: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006b. p. 65-75.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, n. 120, p. 133-148, 2011.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015a. p. 35-68.

LENCIONI, S. Metrópole e sua lógica capitalista atual face ao regime de acumulação patrimonial. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 149-158, 2015b.

LIMA JÚNIOR, F. O'. As espacialidades intraurbanas e a dinâmica econômica nas cidades médias sul cearenses. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 13., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** 2013.

LIMA JÚNIOR, F. O'. *et al.* Território, aglomerados urbanos não metropolitanos na região Nordeste do Brasil e os ajustes urbano-regionais. *In*: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 3, 2016, Blumenau, Santa Catarina. **Anais...** 2016.

LIMONAD, E. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. *In*: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2011.

LOURENÇO, N. Globalização e glocalização: o difícil diálogo entre o global e o local. **Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, p. 17-31, 2014.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003.

MONTE-MÓR, R. L. M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, n. 111, p. 9-18, 2006.

MONTE-MÓR, R. L. M. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. **Revista etc., espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 1 (4), p. 71-96, jun. 2007.

MORAES NETO, B. R. de. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MORAIS, J. M. L.; MACEDO, F. C. Regiões Metropolitanas do Ceará: dispersão produtiva e concentração de serviços. *In*: MORAIS, J. M. L.; MACEDO, F. C.; LIMA JÚNIOR, F. O'. **Ceará: economia, urbanização e metropolização**. Crato, Ceará: RDS Editora, 2014.

MOURA, R.; LIBARDI, D.; BARION, M. I. Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido? **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, n. 111, p. 129-143, 2006.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, n. 100, p. 25-55, 2011.

MOURA, R. *et al.* Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, n. 105, p. 33-56, 2003.

NASCIMENTO, C. E. P.; LIMA JÚNIOR, F. O'; ALVES, L. S. F. A construção dos espaços urbanos face às articulações global-local. *In: Seminário de Desenvolvimento Regional: Estado e Sociedade*, 4., 2018, Palmas, Tocantins. **Anais...** Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2018.

NASCIMENTO, D. C. *et al.* Planejamento estratégico e desenvolvimento regional sustentável: análise da necessidade de mecanismos de gestão na região metropolitana do Cariri – Ceará. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 107-119, 2013.

OLIVEIRA, M. P. Reconhecendo a metrópole no cotidiano. *In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Org.). MetrÓpole: governo, sociedade e território.* Rio de Janeiro: DP&A Editora; Editora Faperj, 2006.

PIMENTEL NETO, J. G. *et al.* Desenvolvimento local-regional: a relação entre local  $\times$  global na produção espacial. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 3, n. 1, p. 256-271, 2014.

QUEIROZ, I. S. **A metrópole do Cariri**: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do Crajubar. 2013. 203 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SANTOS, M. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 29, n. 4, p. 78-92, 1967.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, L. M.; MOREIRA, I. T. Condições do mercado de trabalho no setor de serviços nordestino. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 15, 2006, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** 2006.

SASSEN, S. The global city: introducing a concept. **The Brown Journal of World Affairs**, v. 11, n. 2, p. 27-43, 2005.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Geosp: espaço e tempo**, v. 11, n. 1, p. 15-31, 2007.

SOUZA, M. A. A. Recompondo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. *In: SILVA, A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. MetrÓpole: governo, sociedade e território.* Rio de Janeiro: DP&A Editora; Editora Faperj, 2006.

SOUZA, S.; CARVALHO NETO, A. Reestruturação produtiva, trabalho e estratégias de desenvolvimento local à luz da teoria do novo regionalismo. **Cadernos Ebape.BR**, v. 7, n. 2, 2009.



VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos Ippur/UFRJ**, v. 16, n. 1, 2002.

VALOIS, I. S. **O mercado de trabalho feminino na indústria cearense dos anos 1990**. 2007. 95 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Regional do Cariri, Crato, Ceará, 2007.

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

VIEIRA, M. M. F.; VIEIRA, E. F. Poder local e gestão urbana: formulação de uma visão estratégica à dinâmica das cidades. **Organizações e Sociedade**, v. 10, n. 27, p. 127-139, 2003.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.